

Ofício nº.07/2018.

Tomé – Açú, 30 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhora
MARTA HELENA GIOVONI ALVES
M.D. Presidente da comissão.
Nesta Cidade.

Documento Recebido
Em 30-04-18
[Assinatura]
Assinatura 1138

Senhora Presidente,

Ao apresentar-lhe meus cumprimentos, venho através deste, solicitar de vossa excelência resposta sobre o processo licitatório (Edital nº.011/2018) para contratação dos serviços de transportes escolar para atender ao Município de Tomé- Açú – PA.

Ocorre, presidente, que a empresa E. DA SILVA ALVES TRANSPORTE – EIRELLI-ME-CNPJ 26.553.635/0001-00, já entrou com o ofício nº 04\2018 do dia 19 de abril, e ate a presente data esta empresa ainda não obteve resposta da comissão permanente de licitação, e solicita juntamente com a resposta do ofício, copias dos protocolos que esta comissão de licitação encaminhou ao Tribunal de conta dos Municípios e Ministério Público Municipal e Estadual.

Desse modo, tendo em vista os esclarecimentos feitos acima, a empresa aguarda em regime de urgência, a referida resposta dessa honrosa comissão de licitação, e anexa cópia do ofício para ajudar na análise.

Na oportunidade, colocando-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


MESSIAS GONÇALVES RODRIGUES
Representante da Empresa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PÁRA
POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MOLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2002547 3 VIA DATA DE EMISSÃO 11/12/2017

NOME MESSIAS GONCALVES RODRIGUES

FIJACAO ANTONIO GALA RODRIGUES
NADEMIA GONCALVES RODRIGUES

NATURALIDADE CAMETA-PA DATA DE NASCIMENTO 17/05/1976

DOC ORIGEM C. NASC - CARARATO CAMETA PA
NUM: 821 LIV: A19 FOL: 18V

CPF 687157652-53

PAJA ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR MESSIAS GONCALVES RODRIGUES

DATA DE NASCIMENTO 17/05/1976 INSCRIÇÃO 0291-4356 1309 ZONA 012 SEÇÃO 0269

MUNICÍPIO / UF CAMETA/PA DATA DE EMISSÃO 08/11/2005

JUIZ ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MOLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome MESSIAS GONCALVES RODRIGUES

Nº de Inscrição 687157652-53 Data de Nascimento 17/05/76

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. Usado a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 24/04/99

CARTÓRIO DO
2º OFÍCIO
CAMETA-PA
NOTAS
PROTESTO DE TÍTULOS
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE CAMETA-PA
Marinice Machado Cunha
Oficial Substituta

CARTÓRIO MERISE CUNHA
2º OFÍCIO DE NOTAS, COMARCA DE CAMETA-PA
AUTENTICAÇÃO
CONFERE COM O ORIGINAL

23 JUN. 2017 009.086.054

EM TEST. DA 009.086.055

009.086.056



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU – ESTADO DO PARÁ

CARTÓRIO SAMUEL CRUZ

SULAMITA DO S. DA CRUZ OLIVEIRA PIMENTEL

CPF 410.855.072-20

Escrevente Auxiliar

MARIA MARGARIDA DA C. PEIXOTO

CPF 050.314.862-87

Escrevente Auxiliar

MARIA IZABEL CARVALHO DA CRUZ

CPF 029.233.362-72

Escrevente Juramentada

**TABELIONATO
DE
NOTAS**

MARIA DA PROVIDENCIA DA CRUZ COUTO

CPF 034.150.822-53

Escrevente Juramentada

BENEDITO CARVALHO DA CRUZ

CPF 065.300.522-91

Oficial

GLAUCEMIR DA CRUZ COUTO

CPF 583.971.672-34

Oficial Substituto

Professora Priscila, s/n - CEP 68.682-000 - Quatro Bocas-Tomé-Açu-Pará-Fone: 91293907-91592235

E-mail: cscimoveis@hotmail.com samuelcruz.registrocivil@ig.com.br

LIVRO N.º 084

FOLHAS: 072



Procuração Pública

Bastante que faz: E. DA SILVA ALVES TRANSPORTES EIRELI-ME, neste ato representada.

S A I B A M os que virem este público Instrumento de procuração que, aos vinte e seis (26) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezoito (2018), nesta cidade do município e Comarca de Tomé-Açu, Estado do Pará, perante mim Tabelião, compareceu como outorgante E. DA SILVA ALVES TRANSPORTES EIRELI-ME, firma estabelecida à Rua Bueno Aires, s/n, Bairro da Paz, no município de Anapu-PA, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.553.635/0001-00 e na JUCEPA nº 15600154354, neste ato representada por sua sócia Sra. ELENI DA SILVA ALVES, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º 5786295-PC/PA e do CPF n.º 949.200.792-49, residente e domiciliada no município de Anapu-PA, ora de passagem por este município, reconhecida e identificada como a própria do que dou fé, e que, por este público instrumento nomeia e constitui seu bastante procurador: MESSIAS GONÇALVES RODRIGUES, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Identidade RG n.º 2998547-PC/PA e do CPF n.º 687.157.652-53, residente e domiciliado no município de Cametá, Estado do Pará;- a quem confere amplos poderes para representar a empresa outorgante junto a repartições públicas, federais, estaduais e municipais, podendo para tanto promover a participação da firma mandante em concorrências públicas, inclusive no pregão presencial da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu-PA, tomadas e coletas de preços, cartas convites ou qualquer modalidade de licitação, concordando com todos os seus termos, assinando propostas, atas, mapas, interpondo recursos, assistir a abertura de propostas, impugnar, reclamar e prestar, assumir obrigações, fazer novas propostas, rebaixo e descontos, prestar cauções, levantá-las, receber as importâncias caucionadas ou depositadas, assinar contratos, distratos, alterações contratuais, estipular e aceitar cláusulas e condições, receber, pagar, passar recibos, dar e exigir quitações; enfim, praticar, promover, e assinar tudo o que se fizer necessário em defesa dos interesses da outorgante, para o seu bom e fiel desempenho deste mandato. Não podendo a mesma ser substabelecida. Assim o disse do que dou fé e me pediu este instrumento que lhe lido, aceitou e assina, comigo, ficando dispensadas as testemunhas Instrumentais ex-vi da Lei n.º 6.952/81. (Os dados para a presente procuração foram fornecidos pelas partes, as quais assumem inteira responsabilidade pelo seu suprimento, isentando esta Serventia Notarial, das responsabilidades decorrentes pelo presente ato). Eu, Sulamita do Socorro da Cruz Oliveira Pimentel, Escrevente que a mandei digitar. VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE SEGURANÇA - Série "H" nº 000.374.046. (a.a) E. DA SILVA ALVES TRANSPORTES EIRELI-ME. ELENI DA SILVA ALVES. E o que se continha em a referida procuração, bem e fielmente digitada do próprio original, a que me reporto e dou fé. Eu, Maria da Providência da Cruz Couto, Escrevente que a subscrevi e assino em público e raso.

Tomé-Açu (PA), 26 de Fevereiro de 2018

Em Test.º Messias Rodrigues da Verdade

Mª da Providencia da Cruz Couto
Escrevente Juramentada
CPF 034.150.822-53



E.DASILVA ALVES

TRANSPORTES

E. DA SILVA ALVES TRANSPORTES EIRELI-ME CNPJ
26.553.635/0001-00

Ofício nº 04/2018

Tomé - Açú, 19 de abril de 2018.

Documento Recebido
Em 19/04/18
Assinatura 11:33

A Sua Excelência a Senhora

MARTA HELENA GIOVONI ALVES

M.D. Presidente da comissão.

Nesta Cidade.

Senhora Presidente

Ao apresentar-lhe meus cumprimentos, faço referência à suspensão do processo licitatório (Edital nº.011/2018) para contratação dos serviços de transportes escolar para atender ao Município de Tomé- Açú - PA, a empresa E. DA SILVA ALVES TRANSPORTE - EIRELLI-ME, CNPJ 26.553.635/0001-00, com sede no município de Anapú, vem respeitosamente junto a essa comissão solicitar resposta com prazo para a retomada dos trabalhos do processo licitatório, aja vista que já se passaram quinze dias corrido e ate a presente data esta empresa ainda não obteve resposta dessa comissão.

Ocorre, Presidente, que a empresa E. DA SILVA ALVES TRANSPORTE - EIRELLI-ME-CNPJ 26.553.635/0001-00, já entrou com a sua justificativa, que assegura a representação no certame pelo Sr Aldecir Pereira Damasceno, CPF 600.036.502-00, e reintera o interesse da mesma em retomar os trabalhos para que possamos ter a definição, aja vista que mesmo sendo pregoeiro em Mãe do Rio, não está defendendo interesses contra a Fazenda que o remunera, que no caso seria o Município de Mãe do Rio, ate porque, tambem, não há impedimento no Edital e nem na Legislação Pátria que faça vedação expressa nesse sentido.

Desse modo, tendo em vista os esclarecimentos feitos acima, solicitamos que a eminente presidente analise o caso levando em consideração os documentos que é instrumento da licitação (EDITAL), peço a essa honrosa Comissão de Licitação do Município de Tome - Açú - PA, para que esta encaminhe sua decisão e se exime de impedir que a empresa seja representada pelo Sr. Aldecir Pereira Damasceno, CPF 600.036.502-00, visto que não há qualquer impedimento legal para tanto.

Na oportunidade colocando-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


MESSIAS GONÇALVES RODRIGUES

Representante da Empresa



ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

Às 09:00 do dia 04 de Abril de 2018, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, reuniram-se o(a) Pregoeiro(a) e respectivos membros da Equipe de Apoio, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentação, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU (PA). O(A) Pregoeiro(a) iniciou a sessão esclarecendo aos presentes como funciona o Pregão e os aspectos legais. Imediatamente o(a) Pregoeiro(a) solicitou aos Srs. representantes das proponentes que se identificassem, munidos de carteira de identidade e/ou procuração para credenciamento.

Participaram deste certame a(s) licitante(s) abaixo relacionada(s), com seu(s) respectivo(s) representante(s):

1. A Empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PRODUTOR RURAL DO ESTADO DO PARÁ, inscrita no CNPJ: 13.030.999/0001-63, representada pela Sra. ELLEN BRITO PINHEIRO, portadora do CPF: 696.710.442-04.

2. A Empresa E.DA SILVA ALVES TRANSPORTE EIRELLI ME, inscrita no CNPJ: 26.553.635/0001-00, representada pelo Sr. ALDECIR PEREIRA DAMASCENO, portador do CPF: 600.036.502-00.

3. A Empresa M. R. MENEZES DOS SANTOS ME, inscrita no CNPJ: 27.391.134/0001-37, representada pelo Sr. ERALDO DA SILVA RIBEIRO FILHO, portador do CPF: 198.279.032-68.

A Empresa COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PRODUTOR RURAL DO ESTADO DO PARÁ, inscrita no CNPJ: 13.030.999/0001-63, apresentou cópias simples dos documentos apenas dos sócios pertencentes à diretoria executiva da Cooperativa: NEUTON PANTOJA LEÃO (presidente), DJALMA FREITAS DA CRUZ, SHIRLEY GORETE RAMOS GONÇALVES, deixando de apresentar no envelope de credenciamento, cópias autenticadas dos demais sócios cooperados, bem como houve ausência do documento do sócio Manoel Santana Cardoso Lopes para conferência com original, contrariando o subitem 4.2 alínea "c", a qual exige: "cópia autenticada de documentos de identificação que contenha foto dos sócios da empresa e dos representantes credenciados". Apresentou Ata de Assembleia com validade de 01 (um) ano, datada de 20/03/2017, cópia a qual não está portado o respectivo certificado de Registro perante a JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ, bem como a forma fotocopiada (frente e verso) inviabiliza a conferência de autenticação com os originais. Assim a referida ata não se apresenta apta a comprovar a legitimidade da atual Diretoria Executiva. Quanto a entrega de cópia simples sem acompanhamento de original do documento, a pregoeira abre prazo para regularização do documento, oportunizou e foi entregue autenticado do sócio Manoel Santana Cardoso Lopes. CONTUDO EM RELAÇÃO A ata dedidamente registrada na JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ, foi oportunizada a entrega na sessão de credenciamento, quedando-se inerte sem a entrega do referido documento, ficando precluso o direito de sanear a juntada do referido documento, logo na forma do item 4.5 do edital fica declarado NÃO CREDENCIADO O PROPONENTE COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PRODUTOR RURAL DO ESTADO DO PARÁ, haja vista restar prejudicada a possibilidade de efetuar a conferência de autenticação do referido documento e, via de consequência, os atos expedidos pela diretoria executiva a que alude a dita ata. Da mesma forma, fica NÃO CREDENCIADA a referida licitante, por desatender expressamente a alínea "c" do item 4.2 do edital, uma vez que não apresentou a documentação de todos os sócios, os quais, na forma do sistema de prestação de serviços por meio de Cooperativa, seriam os reais executores do objeto que se pretendem contratar. Ato contínuo a licitante COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PRODUTOR RURAL DO ESTADO DO PARÁ MANIFESTA INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSO, ficando desde já assinalado o prazo para apresentar as razões e sucessivamente aos demais licitantes a apresentar contrarrazões.

Passaram as manifestações das Licitantes ao CREDENCIAMENTO

1. O representante da licitante E.DA SILVA ALVES TRANSPORTE EIRELLI ME, impugnou o documento de folha 26 do

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU



caderno de credenciamento da licitante M. R. MENEZES DOS SANTOS ME, devido estar aportado com assinatura pelo "outorgado". Quanto ao questionamento ao norte tem-se por improcedente a impugnação a medida que a condição de PROCURADOR na forma do documento constante em folhas 33 do caderno de CREDENCIAMENTO da licitante impugnada confere poderes de REPRESENTAÇÃO da mesma. Por tais fundamentos rejeita-se a impugnação e DECLARA CREDENCIADA a licitante M. R. MENEZES DOS SANTOS ME. Aberto o prazo para manifestação de intenção de Recurso, nada disseram os LICITANTES.

2. O representante da licitante M. R. MENEZES DOS SANTOS ME, questiona a pregoeira quanto ao representante da licitante E.DA SILVA ALVES TRANSPORTE EIRELLI ME, informando que o mesmo é PREGOEIRO do município de MÃE DO RIO. Este, por sua vez, alegou que não tem vínculo com a referida Prefeitura Municipal, sendo, no entanto, prestador de serviço como PREGOEIRO, vinculado à empresa privada. Com TUDO CONFIRMOU SUA ATUAÇÃO NA CONDIÇÃO DE PREGOEIRO naquele município. Nesse ponto esta pregoeira considerando que a atividade de pregoeira consiste em um munus público, tem-se que o exercício de atividades de representatividade conflita com os princípios que regem a administração pública. Contudo neste momento a alegação da impugnante carece de conjunto probatório apto a sustentar a referida alegação. Por esta razão, utilizando-se subsidiariamente a faculdade prevista no parágrafo 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, após apresentados as razões e contrarrazões do recurso acima interposto, esta pregoeira diligenciará junto ao TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO PARÁ, bem como ao Ministério Público, para averiguar a compatibilidade do exercício de pregoeiro com a condição de representante de empresa licitante em outro município. Quanto a decisão de CREDENCIAMENTO, e continuidade do processo será publicada nas vias oficiais do Ato Convocatório.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo(a) Pregoeiro(a), Equipe de apoio e representantes presentes. O(A) Pregoeiro(a) declarou encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos.

PREGOEIRO(A) E EQUIPE DE APOIO

FUNÇÃO	NOME
Pregoeiro(a)	MARTA HELENA GIVONI ALVES
Equipe apoio	RENATTA CRISTINA GATTI MACIEL
Equipe apoio	NATALY DE ABREU COUTINHO
Equipe apoio	HENRI BERGSON ALEXANDRE LIMA CRUZ
Equipe apoio	KARLA LIDIANNY DE SOUZA MIRANDA

ASSINATURA
Marta Helena Givoni Alves
Renatta Gatti Maciel
Nataly de A. Coutinho
Henri Bergson Alexandre Lima Cruz
Karla Lidianny de S. Miranda

Ellen Brito Pinheiro
COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PRODUTOR RURAL DO ESTADO DO PARÁ
CNPJ: 13.030.999/0001-63
ELLEN BRITO PINHEIRO
CPF: 696.710.442-04

E.DA SILVA ALVES TRANSPORTE EIRELLI ME
CNPJ: 26.553.635/0001-00

AV.3 PODERES, Nº 738, CENTRO, CEP: 68.680.000 - TOMÉ-AÇU

[Handwritten signatures and initials]

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU




ALDECIR PEREIRA DAMASCENO
CPF: 600.036.502-00


M. R. MENEZES DOS SANTOS ME
CNPJ: 27.391.134/0001-37
ERALDO DA SILVA RIBEIRO FILHO
CPF: 198.279.032-68.

MARTA HELENA
GIVONI
ALVES:2327850
1268

Assinado de forma
digital por MARTA
HELENA GIVONI
ALVES:23278501268



GOVERNO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE RIO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CNPJ: 05.363.023/0001 - 84

Memorando Nº 089 /2018 – CPL/PMMR

Mãe Rio do Pará (PA), 05 de Abril de 2018.

Para: ASSESSORIA JURIDICA
De: ALDECIR PEREIRA DAMASCENO
PORTARIA: 11/2018-GAB/PMMR

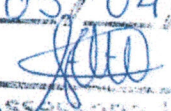
Eu ALDECIR PEREIRA DAMASCENO, servidor público, Portaria, 11/2018-GAB/PMMR ocupante da função de pregoeiro no MUNICIPIO DE MÃE DO RIO PARÁ solicita desta competente assessoria jurídica, nota explicativa, com base no Regime Jurídico Único dos Servidores do Município, se a alguma vedação no regime supracitado que impeça o servidor em epigrafe em atuar como procurador de uma empresa privado em outro município em especial em processos licitatórios.

Mãe do Rio/PA, 05 DE ABRIL DE 2018


ALDECIR PEREIRA DAMASCENO
Pregoeiro(a)

RECEBI EM

05/04/18


Assessoria Jurídica



PREFEITURA DE
MÃE DO RIO

#RenovaçãoeDesenvolvimento

PROCURADORIA JURIDICA MUNICIPAL

previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro;

Pela interpretação rasa do texto da lei, entender-se-ia que está vedado portanto, ao servidor público Municipal de Mãe do Rio-PA, a participação como representante de empresa em qualquer processo administrativo.

Entretanto, a melhor interpretação legal é a que considera todo sistema legal nacional para hermenêutica de um texto.

Nesse íterim, mesmo considerando a competência do município para legislar em assuntos de interesse local, como no Regime Jurídico Único do Servidor Público Municipal, não há de se desconsiderar que a lei municipal tem forte influência da Lei Federal nº 8112/1990, que contém em seu bojo, a mesma redação da Lei Municipal, senão vejamos:

Art. 117. Ao servidor é proibido:

(...)

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

Pela interpretação que tem sido dada a esse dispositivo, o objetivo do legislador é que o servidor público não pratique a advocacia administrativa, que é crime, conforme determina o art. 321 do Código penal:

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Assim o que não se pode aceitar é que o servidor, usando das benesses do seu cargo, consiga azealhar alguma vantagem para si ou para outrem através de processo administrativo.

Obviamente, o servidor somente poderá quebrar seus padrões éticos e utilizar das benesses de seu cargo no órgão ou esfera da administração onde ele tem vínculo.



PREFEITURA D E
MÃE D O R I O

#RenovaçãoeDesenvolvimento

PROCURADORIA JURIDICA MUNICIPAL

Parecer nº 80/2018- PJM-MR

Ao Ilmo. Sr.

Aldecir Pereira Damasceno

COORDENADOR DE PREGÕES DA PREFEITURA MUNICIPA DE MÃE DO RIO-PA

Ementa: SERVIDOR PÚBLICO PARTICIPAR COMO PROCURADOR DE EMPRESA EM LICITAÇÃO EM OUTRO ÓRGÃO PÚBLICO. ART. 135 DA LEI MUNICIPAL Nº 454/2005. ART. 9º, III DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993. POSSIBILIDADE.

1. RELATÓRIO

Trata-se de pedido do nobre servidor para emissão de explicação relativa ao fato de ser ou não vedado ao servidor público municipal de Mãe do Rio-PA, segundo o Regime Jurídico dos servidores públicos do município, a participação como procurador de empresa em Processo Licitatório em outro município.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O servidor público municipal, independente da forma de provimento de seu cargo, tem sua vida funcional regulamentada pelo Estatuto Funcional da órgão a que se vincula, no caso de Mãe do Rio-PA, a Lei Municipal nº 454/2005.

Tal dispositivo, assim dispõe entre as proibições ao servidor:

Art. 135º- Ao funcionário é proibido:

(...)

XII. Atuar como procurador ou intermédio junto a repartições públicas, salvo quando tratar de benefícios



PREFEITURA DE
MÃE DO RIO

#RenovaçãoeDesenvolvimento

PROCURADORIA JURIDICA MUNICIPAL

Este entendimento também é esposado, no caso específico dos processos licitatórios, na Lei nº 8.666/1993, senão vejamos:

Art. 9º- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

(...)

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Desta feita, o entendimento mais correto é que ao servidor público de Mãe do Rio-PA é vedado atuar, direto ou indiretamente, em processos administrativos neste município, por uma questão ética, não se estendendo essa vedação a outras entidades da administração pública.

É a fundamentação.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se que o servidor público Municipal é proibido de participar de processos administrativos somente na Administração pública Municipal de Mãe do Rio-PA, ressalvadas as permissões legais, não se estendendo essa proibição aos demais órgãos entidades da administração pública, sejam outros municípios, Estado ou União.

É o parecer, SMJ.

Mãe do Rio-PA, 06 de abril de 2018.

Antonio Marcos Parnaíba Crispim

Procurador-Portaria nº 002/2018

Advogado OAB-PA nº 12.732